



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 42/XIII/ 1.ª SL

Aos 29 dias do mês de junho de 2016, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 40/XIII/1.ª e 41/XIII/1.ª, relativas às reuniões de 21 e 22 de junho de 2016

2. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 115/XIII/1.ª (PAN) – “Recomenda ao Governo a revogação imediata de todos os contratos para a concessão de direitos de prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo”, 132/XIII/1.ª (BE) – “Pela suspensão imediata dos processos de concessão, exploração e extração de petróleo e gás no Algarve” e 307/XIII/1.ª (PCP) – “Pela avaliação dos riscos ambientais e do impacto noutras atividades económicas resultantes da prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo e/ou gás no Algarve e na Costa Alentejana”

3. Discussão em Comissão dos seguintes projetos de resolução:
 - PJR n.º 167/XIII/1.ª (PCP) – Prolongamento da Linha do Metro do Porto até à Trofa, Gondomar e Vila D`Este (Vila Nova de Gaia)
 - PJR n.º 322/XIII/1.ª (PS) – Recomenda ao Governo que proceda à criação de um Código CAE Autónomo para o setor da logística
 - PJR 359/XIII/1.ª (BE) – Avaliação do Processo Especial de Revitalização (PER) das empresas e dos particulares
 - PJR 370/XIII/1.ª (PCP) – Propõe medidas para a instalação e funcionamento do Centro para a Promoção e Valorização do Tapete de Arraiolos

4. Petição n.º 125/XIII/1.ª – Liberdade de circulação - Mobilidade terrestre dos Cidadãos Estrangeiros, Refugiados ou Imigrantes
 - Apreciação da nota de admissibilidade



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 42/XIII/ 1.ª SL

5. Outros assuntos

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 40/XIII/1.ª e 41/XIII/1.ª, relativas às reuniões de 21 e 22 de junho de 2016

Submetidas à votação, foram as atas n.ºs 40/XIII/1.ª e 41/XIII/1.ª, relativas às reuniões de 21 e 22 de junho de 2016, aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PAN.

2. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 115/XIII/1.ª (PAN) – “Recomenda ao Governo a revogação imediata de todos os contratos para a concessão de direitos de prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo”, 132/XIII/1.ª (BE) – “Pela suspensão imediata dos processos de concessão, exploração e extração de petróleo e gás no Algarve” e 307/XIII/1.ª (PCP) – “Pela avaliação dos riscos ambientais e do impacto noutras atividades económicas resultantes da prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo e/ou gás no Algarve e na Costa Alentejana”

O Senhor Presidente deu conta da entrada, durante a semana anterior, de projetos de resolução sobre a mesma matéria subscritos pelo PSD, pelo PEV e pelo BE e propôs que, se todos concordassem, para não se repetir a discussão já havida e para permitir que todas as iniciativas fossem votadas em Plenário na mesma altura, se acrescentasse no final da informação um parágrafo afirmando que a discussão dos Projetos de Resolução n.ºs 115/XIII/1.ª, 132/XIII/1.ª e 137/XIII/1.ª aproveitava também aos Projetos de Resolução n.ºs 376/XIII/1.ª (PSD), 385/XIII/1.ª (PEV) e 389/XIII/1.ª (PS).

Tendo recolhido a opinião favorável de todos os Deputados, o Senhor Presidente informou que assim seria feito e que seria dada indicação à Mesa da Assembleia da



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 42/XIII/ 1.ª SL

República de que todas essas iniciativas estavam em condições de serem submetidas a votação em Plenário.

3. Discussão em Comissão dos seguintes projetos de resolução:

– PJR n.º 167/XIII/1.ª (PCP) – Prolongamento da Linha do Metro do Porto até à Trofa, Gondomar e Vila D`Este (Vila Nova de Gaia)

– PJR n.º 322/XIII/1.ª (PS) – Recomenda ao Governo que proceda à criação de um Código CAE Autónomo para o setor da logística

– PJR 359/XIII/1.ª (BE) – Avaliação do Processo Especial de Revitalização (PER) das empresas e dos particulares

– PJR 370/XIII/1.ª (PCP) – Propõe medidas para a instalação e funcionamento do Centro para a Promoção e Valorização do Tapete de Arraiolos

Dando início à discussão dos projetos de resolução, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Ricardo Leão (PS) para apresentar o Projeto de Resolução n.º 322/XIII/1.ª.

O Senhor Deputado Ricardo Leão (PS) apresentou a iniciativa em causa, tendo referido que o setor tem crescido muito e contribuído de forma importante para a economia nacional, tanto do ponto de vista interno como externo, contribuindo de forma intensa para a criação de postos de trabalho. Esta pretensão, afirmou, permite criar regras e harmonia no setor logístico, permite um aumento da competitividade e uma maior perceção do que este setor representa junto dos demais setores da economia portuguesa. Concluiu, reiterando os termos resolutivos, afirmando que se pretendia, com esta iniciativa, que o Governo iniciasse os procedimentos necessários para a criação de um código CAE autónomo para o setor da logística.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Heitor de Sousa (BE) e Bruno Dias (PCP).

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) expressou algumas dúvidas sobre como se processava a distinção entre os transportes e a armazenagem, no que tocava às estatísticas, e questionou se o Instituto Nacional de Estatística tinha sido consultado



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 42/XIII/ 1.ª SL

sobre esta matéria, porque o aspeto mais crucial desta proposta tem a ver com a produção de estatísticas que reflitam a atividade deste setor, ao que o Senhor Deputado Ricardo Leão (PS) respondeu de imediato, no sentido afirmativo, tendo informado ainda que havia condições para que a proposta constante desta iniciativa se pudesse efetivar.

Por sua vez, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) afirmou presumir que a concretização desta resolução implicaria a aprovação de um decreto-lei de revisão do quadro legal em vigor e questionou se se pretendia uma CAE específica para a logística ou se se pretendia adicionar a vertente da logística à CAE já existente para os transportes. De todo o modo, prosseguiu, a Assembleia da República estará sempre atenta ao decreto-lei que vier a ser aprovado e publicado, para verificar se corresponde ou não aos objetivos propostos neste projeto de resolução.

Encerrou esta discussão o Senhor Deputado Ricardo Leão (PS), esclarecendo que uma CAE autónoma era o desejo claro, sendo certo que depois existem as subclasses de cada CAE.

O Senhor Presidente da Comissão deu início à discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 167/XIII/1.ª (PCP) - Prolongamento da Linha do Metro do Porto até à Trofa, Gondomar e Vila D'Este (Vila Nova de Gaia).

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) apresentou, nos seus termos, o Projeto de Resolução n.º 167/XIII/1.ª (PCP) - Prolongamento da Linha do Metro do Porto até à Trofa, Gondomar e Vila D'Este (Vila Nova de Gaia).

Recordou as 3 fases iniciais de construção com promessas às Populações de substituição do comboio pela linha do Metro.

Considerou que o caso mais emblemático é o da Trofa.

Propõem a construção de 3 ramais pouco extensos:

1. Trofa – menos de 2 km,
2. Gondomar – principal polo habitacional, e
3. Vª Nª de Gaia – importante centro habitacional.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 42/XIII/ 1.ª SL

Em nota final, considerou que o processo da linha do Metro do Porto tem vindo a ser muito mal tratado pelos sucessivos Governos com um modelo inédito de auto-capitalização dos investimentos a fazer, e sublinhou que há dinheiro previsto para as linhas de Metro do Porto e de Lisboa.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) interveio:

- o PS acompanha as linhas do Projeto de Resolução e também entregou um projeto para a linha do Metro do Porto;

- analisou os casos:

o do ISMAI até à Trofa – foi cometido erro em 2002 com a interrupção do comboio, e nunca mais chegou o prolongamento até à Trofa; a linha até à Freguesia do Muro está estimada em 38 milhões € e há previsão orçamental no Plano nacional de Reformas (Metros do Porto e Lisboa); é um caso de inteira justiça; lembrou que também faz falta a construção da variante rodoviária até à Trofa; recordou o “memorando de entendimento” assinado a 4 dias das eleições, criticando a atuação eleitoral de comissários políticos/intervenientes, e que não houve capacidade orçamental para executar a obra;

o da linha amarela até Vª Nª de Gaia – cometeu-se erro não construindo estacionamento para alimentar a linha amarela em Stº Ovídio; é essencial prolongar a linha até Vila d’Este, ligando o principal centro populacional da área metropolitana do Porto e o Hospital; também há previsão orçamental e o Governo poderá acolher estes prolongamentos.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) disse acompanhar o Projeto de Resolução, ponderando a prioridade para as hipóteses enunciadas e deixar ao Governo fixar prioridades; referiu-se ao problema dos interfaces das estações cuja importância é vital para permitir acessos, criticando a assinatura do protocolo 4 dias das eleições; para o caso de Vila d’Este defendeu a construção de um interface.

O Senhor Deputado Paulo Rios (PSD) considerou que esta questão do Metro do Porto une todos, notando que considerar tudo prioridade é difícil; exemplificou com o caso da Trofa, criticando a retirada do meio de transporte anteriormente existente sem substituição efetiva; analisou a extensão até à estação do Muro, especialmente



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 42/XIII/ 1.ª SL

premente, mas que não deve ser financiado pelos Municípios, mas pelo Governo, notando o esforço feito para a assinatura do protocolo mencionado, que considerou importante cumprir, mas admitiu não ser possível cumprir todas as prioridades; recordou as palavras do Ministro do Planeamento e Infraestruturas no sentido do financiamento pelo investimento público, sem especial expectativa, e concluiu estarem preocupados.

O Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS/PP) recordou a visita feita ao local em anterior legislatura com consenso dos Grupos parlamentares para a construção destes troços da linha do Metro do Porto; considerou ser uma boa oportunidade para que se encontrem formas de financiamento e para o Parlamento reiterar unanimemente o apoio a estas necessidades sentidas pelas Populações.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) disse que é legítimo considerar o problema dos interfaces, que não é questão do Parlamento, mas do Governo; quanto à intervenção do Senhor Deputado Paulo Rios (PSD), considerou que o caso da Trofa é fácil de resolver e que há capacidade financeira para este investimento; retomou os outros 2 projetos

- o do Dragão a Gondomar, com acesso de muita população ao Metro, e
- o de St. Ovídio a Vila d'Este,

em que destacou o consenso nesta matéria e quanto a estacionamento; quanto à forma de financiamento, considerou que há fundo comunitário e outras possibilidades no Plano nacional de Reformas, concordando com a intervenção do Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS/PP); concluiu que estas ligações são fundamentais e esperar a aprovação do Projeto de Resolução.

O Senhor Deputado Paulo Rios (PSD) retomou, quanto ao caso da Trofa, dúvidas quanto ao financiamento, com enquadramento, ou não, no Plano Junkers, responsabilidade do Governo.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) lembrou o enquadramento no Plano nacional de Reformas, discutido há mês e meio na Assembleia da República, explicando hipóteses de financiamento destes prolongamentos, e recurso ao Plano



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 42/XIII/ 1.ª SL

Junkers e ao BEI para estas obras no Metro do Porto. Criticou a suspensão da ligação à Trofa pelo Metro do Porto.

De seguida, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), que apresentou o Projeto de Resolução n.º 359/XIII/1.ª (BE), tendo referido que a criação, em 2012, do Processo Especial de Revitalização (PER) pretendia responder ao problema de endividamento de empresas e particulares, permitindo que os devedores acordassem com os credores um plano de recuperação conducente à sua revitalização económica. Defende o BE, afirmou, a necessidade de saber se os objetivos declarados do PER tinham sido ou não cumpridos, pois muitas vezes este mecanismo transformou-se num expediente para resolver questões fiscais, tendo-se registado situações fraudulentas de empresas que aconselhavam, em troca de somas avultadas, PER individuais, com declarações de dívidas forjadas, e situações em que os PER são utilizados como forma de dissipar património, com casos em que o voto de um credor chega para um plano que reduz 50% da dívida mas o credor é da mesma família que detém a empresa que recorre ao PER. Concluiu, reafirmando a necessidade de uma avaliação deste mecanismo, reiterando os termos resolutivos.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Joel Sá (PSD), Pedro Coimbra (PS) e Bruno Dias (PCP).

O Senhor Deputado Joel Sá (PSD) afirmou que o seu grupo parlamentar concordava que todos os processos deviam ser avaliados, revistos e melhorados, se necessário, pelo que o mesmo se deveria aplicar a este mecanismo. Concluiu registando que o BE estava a propor a realização de uma avaliação antes de apresentar medidas.

Por sua vez, o Senhor Deputado Pedro Coimbra (PS) considerou que ideal seria que as empresas e a economia nacionais não necessitassem deste tipo de programas. Lamentavelmente, prosseguiu, nos últimos anos, o país bateu recordes de insolvências, falências e despedimentos, de degradação da economia e das condições de trabalho, pelo que muitas empresas e famílias se viram na obrigação de recorrer a instrumentos aos quais normalmente não recorreriam. Concluiu, afirmando que o PS



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 42/XIII/ 1.ª SL

concordava que estes instrumentos fossem avaliados ciclicamente, para serem monitorizados e melhorados se necessário, tornando-os mais eficazes e eficientes.

Por sua vez, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) recordou que o PCP tinha questionado o anterior Governo três vezes sobre a não aprovação de planos de recuperação de empresas aprovados pela maioria dos credores, sobre quem suportava a redução de dívidas nos PER concretizados e sobre qual a despesa pública de cada um dos fundos criados, não tendo obtido resposta. Referiu que o Governo tinha alterado também o Código da Insolvência e Recuperação de Empresas, desprotegendo ainda mais os trabalhadores. Reafirmou também que o seu partido, já com o atual Governo, tinha chamado a atenção para a avaliação destes mecanismos e para a forma como têm sido levados à prática. Concluiu, expressando concordância com os termos resolutivos, para que se possa corrigir o que é preciso e se possa resolver de forma adequada os problemas que afetam as empresas e os seus trabalhadores.

Encerrou o debate o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), afirmando que todos gostariam que não existissem insolvências mas não se podia criar expedientes que, em nome de um objetivo que não cumprem, que era salvar as empresas e viabilizá-las, mantendo os postos de trabalho, permitem estratégias para anular dívidas e dissipar património, prejudicando os trabalhadores. Concluiu, afirmando que, tendo em consideração as intervenções neste debate, esperava que no prazo de noventa dias após a publicação da resolução exista a avaliação deste instrumento.

Usou ainda da palavra o Senhor Presidente, para informar que o grupo parlamentar do CDS-PP concordava também com a iniciativa em apreço.

De seguida, o Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS) solicitou o adiamento da discussão do Projeto de Resolução n.º 370/XIII/1.ª, tendo a mesma sido adiada para a reunião ordinária seguinte.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 42/XIII/ 1.ª SL

4. Petição n.º 125/XIII/1.ª – Liberdade de circulação - Mobilidade terrestre dos Cidadãos Estrangeiros, Refugiados ou Imigrantes – Apreciação da nota de admissibilidade

O Senhor Presidente reiterou o proposto na nota de admissibilidade, no sentido de a petição ser devolvida ao Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República de turno, para ponderação da reapreciação do despacho de baixa à Comissão, pelo que a referida nota não propunha a admissão ou rejeição liminar nem estava prevista a nomeação de relator, tendo colhido a aceitação dos presentes.

5. Outros assuntos

O Senhor Presidente começou por informar sobre o agendamento de algumas audições pendentes na Comissão e dar conta da dificuldade em agendar outras. Prosseguiu dando conhecimento do convite da EDP para que a Comissão visite a central de ciclo combinado do Carregado, tendo proposto a realização desta visita para o dia 13 de julho, à tarde, o que mereceu a concordância dos presentes.

Usou da palavra o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), para abordar a questão das audições sobre o setor do táxi. A este propósito, o Senhor Presidente questionou se não seria preferível solicitar pareceres escritos à AMT, ao IMT e à ANACOM, em vez de se realizar audições, tendo os Deputados concordado com esta proposta.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) abordou ainda a questão da unificação de textos de projetos de resolução, em sede de redação final, defendendo a conveniência de haver um texto apenas, quando são aprovados vários projetos de resolução sobre o mesmo tema, mas que o mesmo deve refletir todos os elementos dos diversos projetos aprovados, tendo referido o caso das iniciativas sobre o IC1.

Pronunciaram-se a este respeito os Senhores Deputados Luís Moreira Testa (PS), para concordar com esta posição, no que tocava à matéria resolutive; Heitor de Sousa (BE), para alertar para a utilização de conceitos variáveis nesses textos; Paulo Rios de Oliveira (PSD), para referir a importância política destas iniciativas; e o Sr. Presidente,



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 42/XIII/ 1.ª SL

para lembrar que, aquando da discussão em Comissão dos projetos de resolução há também a possibilidade de encontrar um texto comum a submeter a votação, se tal não for possível nessa altura nem mais tarde, na fase de redação final, será necessário publicar as diferentes resoluções em separado. Concluiu o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) no sentido de que há uma diferença entre fazer uma síntese dos textos resolutivos, que pode implicar cortes nalguns deles, e um texto único, com uma compilação dos mesmos textos, que pode implicar algumas repetições.

A reunião foi encerrada às 12:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 30 de junho de 2016.

O PRESIDENTE

(HELDER AMARAL)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 42/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Costa Silva
António Eusébio
Bruno Dias
Carlos Pereira
Cristóvão Norte
Emídio Guerreiro
Fernando Jesus
Heitor de Sousa
Helder Amaral
Heloísa Apolónia
Hugo Costa
Joel Sá
José Rui Cruz
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Luís Moreira Testa
Paulino Ascensão
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Coimbra
António Cardoso
Fátima Ramos
Joana Lima
João Paulo Correia
José Moura Soeiro
Ricardo Leão

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Silva
Fernando Virgílio Macedo
Hortense Martins
Pedro Mota Soares
Ricardo Bexiga